

BOLETIM INFORMATIVO

EDIÇÃO Nº 04/2025



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

Esta 4ª **edição do Boletim Informativo** traz um panorama atual e articulado das principais ações, normativas e notícias que impactam diretamente a política de assistência social em âmbito local, estadual e nacional.

Com o compromisso de garantir informação de qualidade aos membros, servidores e à rede de proteção social, esta edição reúne conteúdos relevantes sobre a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos sociais, como nas audiências públicas e conferências municipais voltadas ao fortalecimento do SUAS, bem como iniciativas em prol da **inclusão das pessoas neurodivergentes**, especialmente no mês de conscientização sobre o **Transtorno do Espectro Autista (TEA)**.

Além disso, o boletim apresenta atualizações normativas, informes técnicos, experiências exitosas de outros ramos do Ministério Público e indicações interativas voltadas à formação crítica e sensível de agentes públicos comprometidos com a dignidade humana. Que esta leitura inspire o aprimoramento da atuação institucional e promova reflexões sobre os caminhos possíveis para uma justiça social efetiva.

Boa leitura!



SUMÁRIO

01. NOTÍCIAS

02. ATUAÇÃO MINISTERIAL

03. ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP'S)

04. INDICAÇÕES INTERATIVAS

05. INFORMES

06. “OUSE SABER”

Equipe

Tessaline Luciana Higuchi Viegas Devesa Cintra
Promotora de Justiça - Coordenadora

Roberta Camara Gomes Vieira de Sousa
Promotora de Justiça - Coordenadora Adjunta

Jovana Albues da Silva
Auxiliar Ministerial (Direito)

Mateus dos Santos Gomes Cardoso
Residente (Direito)

1. NOTÍCIAS



[O titular do MDS destaca políticas brasileiras contra a fome e a pobreza em encontro dos Gaepes](#)

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), participou da cerimônia de abertura do primeiro encontro nacional dos Gabinetes de Articulação para a Efetividade da Política da Educação (Gaepes), na manhã do dia 24 de abril, em Brasília. O evento buscou debater formas de colaboração entre diferentes setores para impulsionar transformações positivas na educação.

No evento, o titular do MDS destacou as políticas públicas realizadas pela pasta e que atuam diretamente na redução das desigualdades sociais. *“A pobreza não é só alimentação e não é só renda. É preciso olhar para o ser humano de forma integrada”*, avaliou. *“No MDS, temos o Cadastro Único, que oferece 48 programas destinados aos mais vulneráveis e estamos alcançando bons resultados na redução da fome, da extrema pobreza e da pobreza. Nosso caminho é tirar da fome e levar estas pessoas para a classe média”*, explicou.

Já o Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), Edilson Silva, falou sobre as experiências efetivas dos Gaepes e os bons resultados gerados para crianças e cidadãos brasileiros. *“Nosso propósito é colaborar e ser parceiro na busca incessante da política pública para a educação de qualidade”*, afirmou.

Fonte: Governo Federal.

[CNAS aprova diretrizes para garantir representatividade nas conferências de assistência social](#)



O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) publicou a Resolução nº 187/2025, que estabelece diretrizes para a reserva de no mínimo 30% das vagas para delegadas(os) eleitas(os) nas conferências de assistência social, desde a etapa municipal até a nacional.

A medida visa assegurar a participação de grupos historicamente excluídos, incluindo pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+, idosos, pessoas com deficiência, jovens, migrantes, atingidos por barragens e outros Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs).

Além disso, a norma reforça a necessidade de paridade e proporcionalidade na composição das delegações e determina que os Conselhos de Assistência Social adotem medidas para garantir a efetiva aplicação das cotas.

Fonte: CNAS.

Combate à fome e à pobreza na COP30 é tema de reunião do MDS e Ministério das Relações Exteriores

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, se reuniu com o presidente da 30ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP30) e secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), André Corrêa do Lago, no dia 9 de abril, em Brasília.

No encontro, foram debatidas formas de dar maior visibilidade na COP30, prevista para ocorrer em Belém em novembro de 2025, ao tema do combate à fome e à pobreza e clima. *“Discutimos a pauta do clima integrada ao combate à fome e à pobreza. São os mais vulneráveis os mais atingidos em situações de mudanças climáticas”,* explicou Wellington Dias.

O evento representa uma oportunidade para colocar a agenda do combate à fome e à pobreza e da transformação dos sistemas alimentares no centro das discussões climáticas globais. *“Há a necessidade de trabalhar a pauta que será resultado da conferência e, aqui, analisamos os eixos de fundamental importância. Dentre eles, os sistemas alimentares, em que se pensa desde a produção até o consumo, garantindo segurança alimentar, principal ponto no combate à fome”,* afirmou o titular do MDS.

Como anfitrião da COP30, o Brasil se destaca no cenário internacional e pode liderar o debate sobre a relação entre mudança do clima, o combate à fome e à erradicação da pobreza. Entre os motivos está a vasta experiência na implementação de políticas públicas de proteção social, agricultura sustentável e programas estruturantes de combate à fome e à pobreza. O Brasil também lançou, em 2023, o Plano Brasil Sem Fome, que reconhece a conexão entre segurança alimentar, crise climática e erradicação da pobreza.

Fonte: Governo Federal.



MDS e Banco Mundial debatem primeira infância e proteção social básica



O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Banco Mundial, promoveu, no dia 1º de abril, em Brasília, uma oficina que debateu a primeira infância no âmbito da proteção social básica. O evento apresentou estudos sobre a estrutura e funcionamento dos CRAS, além do impacto da assistência social nas famílias em vulnerabilidade social. Dados mostram que 9,9 milhões de famílias cadastradas no Cadastro Único contam com crianças na primeira infância, o que representa 23,7% do total de famílias inscritas.

Na abertura do evento, o Diretor de Proteção Social Básica (SNAS) do MDS, Elias de Sousa Oliveira, falou sobre a importância da reconstrução do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do empenho no atendimento às famílias em vulnerabilidade. *“Estamos pensando em unidades públicas que deem conta de atender a realidade. Eu espero que a gente esteja acertando e acredito muito que estamos caminhando”*, afirmou.

Além disso, o Diretor pontuou os desafios a serem superados e defendeu a necessidade do trabalho em equipe. *“É a retomada não só de um caminho, mas de uma direção. Construir um sistema sólido que seja capaz de olhar em todas as direções. Uma proteção social pautada na equidade. É um trabalho coletivo”*, detalhou.

Fonte: Governo Federal.



Capacitação reforça planejamento da Assistência Social em Cuiabá

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Inclusão de Cuiabá realizou uma capacitação para os gerentes de todas as unidades da Rede Direta visando fortalecer o planejamento estratégico e aprimorar o atendimento ao público. Durante o encontro, os servidores foram orientados sobre a elaboração do Plano de Ação para 2025, uma ferramenta essencial para garantir maior eficiência nos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade.

A capacitação ocorreu no dia 28 abril, e também incluiu direcionamentos técnicos e administrativos, com foco nas práticas de gestão e no fortalecimento das políticas públicas de assistência social. O evento foi um momento de troca de experiências entre os gestores, que puderam apresentar desafios enfrentados e propor soluções conjuntas.

Fonte: Prefeitura de Cuiabá.





[PEC do saneamento básico passa pela terceira sessão de discussão](#)

A proposta que inclui o saneamento básico como direito social na Constituição (PEC 2/2016) passou pela terceira sessão de discussão no Plenário no dia 1º de abril. Ainda são necessárias outras duas sessões de discussão antes da votação em primeiro turno.

O texto modifica o artigo 6º da Constituição, que lista os direitos sociais e inclui o saneamento básico na relação que já inclui educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. A proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 2022.

De acordo com o Ranking do Saneamento 2024, do Instituto Trata Brasil, a falta de acesso à água potável afeta quase 32 milhões de pessoas. Além disso, cerca de 90 milhões de brasileiros não possuem acesso à coleta de esgoto. O estudo Saneamento e Saúde, do mesmo instituto, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta que o saneamento básico adequado poderia reduzir em 69,1% a taxa de internações após 36 meses.

Fonte: Agência Senado.

[CNAS Publica Resolução nº 185/2025 Sobre a Gestão da Política de Assistência Social](#)



O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) publicou a Resolução nº 185, de 26 de março de 2025, que dispõe sobre orientações aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal para a realização da busca ativa no âmbito da Política Nacional de Assistência Social. A medida visa fortalecer a identificação e o atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, com prioridade para as populações pertencentes aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs).

A resolução estabelece diretrizes para a organização e execução da busca ativa, reforçando a importância da participação social, do controle democrático e do aprimoramento dos mecanismos de financiamento, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais. A busca ativa é um instrumento essencial para garantir que os direitos socioassistenciais cheguem efetivamente à população que mais necessita, promovendo a equidade e a inclusão social.

Com essa medida, o CNAS reafirma seu compromisso com a transparência e a eficiência na gestão da assistência social, fortalecendo a proteção social e ampliando o acesso da população a serviços essenciais.

Fonte: CNAS.



[MDS assina acordo com ministérios para qualificar cozinhas solidárias e promover dignidade à população em situação de rua](#)

"A nossa prioridade com a população de rua começa a partir da garantia da alimentação. Hoje, estamos dando novos passos, com a criação de oito Cozinhas Solidárias adicionais para atender esse público, além da priorização do Minha Casa, Minha Vida, que permite uma moradia digna". A afirmação do ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) foi feita no dia 22 de março, durante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre MDS, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), em Brasília.

O documento tem como objetivo apoiar, equipar e qualificar oito cozinhas solidárias geridas por movimentos de populações em situação de rua e catadores autônomos, com a ampliação de perspectivas de geração de trabalho e renda para a construção de experiências de referência de boas práticas. Os locais contemplados são Curitiba (PR), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP), São Bernardo do Campo (SP), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Boa Vista (RR) e Antônio Carlos (SC). A Fundação Banco do Brasil e o Instituto In Rua assinaram um acordo para equipar essas tecnologias sociais que fazem parte do ACT.

Para o titular do MDS, as pessoas que se encontram em situação de rua precisam de acolhimento e da garantia de segurança alimentar e nutricional. "A partir deste ato já vamos poder qualificar as cozinhas e oferecer as refeições para esses brasileiros em vulnerabilidade", explicou. "Também teremos a integração com o Minha Casa, Minha Vida, como prioridade para levar essas políticas à população em situação de rua", detalhou.

Fonte: Governo Federal.

["Vai fortalecer as ações da assistência social nos municípios", afirma prefeito durante entrega de carro novo](#)



O Governo do Estado realizou, no dia 10 de abril, a entrega de 141 veículos do programa SER Família, destinados a equipar os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (POP) nos municípios de Mato Grosso.

Os automóveis foram adquiridos com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), totalizando um investimento de R\$ 15,6 milhões. A aquisição foi coordenada pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc).

A entrega dos veículos representa um importante reforço para as equipes da assistência social nos municípios, facilitando o desenvolvimento de suas atividades e a ampliação do atendimento às famílias em vulnerabilidade.

Fonte: Governo de Mato grosso .

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



Promotor de Justiça destaca 20 Anos do SUAS em Conferência Municipal de Juara



O Promotor de Justiça Alysson Antônio de Siqueira Godoy foi um dos palestrantes da 10ª Conferência Municipal de Assistência Social, realizada pela Prefeitura de Juara (693 km de Cuiabá), no dia 24 de abril. Com o tema “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”, ele discutiu a atuação estratégica do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) na fiscalização da política de assistência social.

Durante o evento, o Promotor de Justiça destacou que a intervenção do Ministério Público na área de assistência social deve estar fundamentada na defesa da ordem jurídica e na promoção da cidadania, contribuindo para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

“A defesa da assistência social como política pública essencial, garantidora de direitos e Promotora da justiça social, seguirá sendo um compromisso permanente do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Seguiremos vigilantes e articulados com os demais atores institucionais e sociais, honrando os 20 anos de construção do SUAS com resistência, qualificação e comprometimento ético”, afirmou o Promotor.

20 anos do SUAS - o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um modelo de gestão das políticas de assistência social no Brasil. Ele foi criado para organizar e coordenar os serviços, programas, projetos e benefícios oferecidos pelo governo federal, com o objetivo de garantir proteção social aos cidadãos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade



Fonte: MPMT.

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



Audiência pública debate desafios e políticas públicas voltadas a crianças autistas em Alto Garças



O Rotary Clube de Alto Garças foi palco de uma relevante audiência pública que trouxe à tona os desafios enfrentados por famílias com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município. A iniciativa, promovida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso e conduzida pelo Promotor de Justiça Thiago Marcelo Francisco dos Santos, reuniu autoridades políticas, profissionais das áreas da saúde, educação e assistência social, bem como representantes de instituições e famílias de crianças atípicas.

Estiveram presentes no evento o Presidente da Câmara Municipal, as Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Educação, além de lideranças comunitárias e pais que convivem diariamente com as lacunas no atendimento às demandas específicas desse público.

A audiência teve como propósito central abrir um espaço de escuta qualificada para as famílias, promover o diálogo intersetorial e articular a proposição de medidas concretas para o aprimoramento das políticas públicas voltadas às pessoas com TEA. A escuta das vivências e reivindicações permitiu identificar entraves na efetivação de direitos fundamentais, como o acesso à educação inclusiva, atendimento especializado em saúde e apoio socioassistencial contínuo.

Ao fomentar esse debate, o Ministério Público reafirma seu papel não apenas como fiscal da lei, mas como agente de transformação social, comprometido com a construção de uma sociedade mais justa, acessível e inclusiva. A audiência pública reforça a urgência de ações integradas e sensíveis à diversidade, colocando a pauta do autismo como prioridade no planejamento das políticas públicas locais.

Fonte: TV RIO GARÇAS. YouTube.

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



AUTISMO EM PAUTA: Fórum Municipal expõe desafios de famílias com crianças atípicas

Foi realizado, no 24 de abril, o 1º Fórum Municipal sobre Inclusão e Neurodivergência, um evento importante, que proporcionou a abertura de um espaço essencial de diálogo, aprendizado e troca de experiências sobre um tema tão necessário e urgente.

Com a presença de representantes de várias instituições, além de membros da Associação de Pais e Amigos do Autista de Poxoréu e a Associação da Pessoa com Deficiência de Poxoréu, foram discutidos caminhos para tornar Poxoréu uma cidade mais inclusiva e acolhedora para todas as pessoas, respeitando as diferenças e valorizando a singularidade de cada um.

O Fórum foi organizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Poxoréu, sob a coordenação da secretária Ivanilda Barbosa dos Anjos, em parceria com a Promotora de Justiça Dra. Nayara Roman Mariano. O evento contou com a participação de renomadas palestrantes, entre elas Michelle Casali, terapeuta ocupacional do Instituto Nuvem; a Promotora de Justiça Dra. Tessaline Luciana; a Defensora Pública Dra. Cleide Regina; e a Promotora de Justiça Dra. Patrícia Eleutério.

Essas profissionais trouxeram informações importantes para o desenvolvimento de projetos voltados à inclusão de pessoas neurodivergentes, além de orientações sobre a criação de ambientes mais inclusivos.

Fonte: Prefeitura de Poxoréu.



3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MP-Social articula parcerias para fortalecer projetos sociais durante a Expoagro 2025

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO), realizou inspeções técnicas nos serviços de atendimento à população em situação de rua no município de Cachoeiro de Itapemirim. As ações ocorreram nos dias 14 e 15 de abril e integram a atuação institucional de controle social e fiscalização da política pública voltada a esse público vulnerável.

As visitas técnicas contaram com a participação da dirigente do CACO, Procuradora de Justiça Karla Dias Sandoval Mattos Silva; do 2º Promotor de Justiça Cível de Cachoeiro de Itapemirim, Cleto Vinícius Vieira Pedrollo; e da equipe técnica do centro de apoio. Foram inspecionadas as instalações do Centro Pop (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), do Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias, da Casa de Passagem Santa Tereza de Calcutá, além da sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Semdes).

Durante as inspeções, foram repassadas orientações preliminares às equipes gestoras quanto à necessidade de adequações no funcionamento dos serviços, conforme a legislação vigente. Também foi destacada a urgência na ampliação das equipes técnicas e da estrutura física dos equipamentos, em consonância com os parâmetros estabelecidos pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Fonte: MPES.

Justiça acata ação do MP e determina que Prefeitura de Fortaleza garanta moradia adequada à comunidade no Mucuripe atingida por alagamentos e inundações

Após ação do Ministério Público do Estado do Ceará, a Justiça determinou que a Prefeitura de Fortaleza mantenha a concessão do aluguel social às famílias da Comunidade do Saporé, localizada às margens do Riacho Maceió, no bairro Mucuripe. Como a área é atingida constantemente por alagamentos e inundações, a 9ª Promotoria de Justiça de Fortaleza ingressou com a ação para garantir moradia adequada a essas pessoas. A 5ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza também decidiu que o aluguel deve se manter por tempo indeterminado até que a Prefeitura providencie atendimento habitacional definitivo às famílias.

Atendendo outro pedido do MP do Ceará, a Justiça determinou, ainda, que a gestão municipal faça vistorias periódicas para evitar que outros grupos familiares, bem como os próprios beneficiários do aluguel social, ocupem novamente a área de risco. Em caso de descumprimento, o Município estará sujeito à pena de multa diária de R\$ 1.000,00.

Fonte: MPCE.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



Audiência de projeto desenvolvido pelo MPMGO acompanha implantação e expansão do Sistema Unificado de Proteção Social

A 53ª Promotoria de Justiça de Goiânia realizou audiência, no dia 14 de abril, para apresentação do Sistema Unificado de Proteção Social (Sups) e acompanhamento das providências que estão sendo tomadas pelo Município de Goiânia a fim de expandi-lo também para os Centros de Referência em Assistência Social (Cras) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

O projeto, de iniciativa do MP, tem como objetivo ampliar o sistema de gestão desenvolvido em parceria pela Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos (SemasDH) e a Gerência de Inovação em Sistemas da Prefeitura de Goiânia. O sistema já está implantado e auxilia no funcionamento das Casas de Acolhida Cidadãs (CACs) I e II, do Centro Pop, da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (Seas) e do Complexo 24 horas, permitindo um diagnóstico da assistência social no município.

Como explica o Promotor de Justiça titular da 53ª PJ e coordenador do projeto, Marcus Antônio Ferreira Alves, o sistema visa garantir que as unidades de proteção social atuem segundo as diretrizes de lisura, publicidade e transparência, bem como propiciar o controle social acerca dos dados, fontes de custeio e serviços públicos ofertados pela administração, conforme estabelecido pela Lei nº 12527/2011. “Caso o sistema fosse comprado junto à iniciativa privada, teria um custo estimado em R\$ 10 milhões aos cofres públicos”, destaca.

Fonte: MPMGO.

MPES inspeciona serviços de atendimento a pessoas em situação de rua de Cachoeiro de Itapemirim

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) realizou, no dia 8 de abril, uma reunião com representantes do Sindicato Rural, da Walter Júnior Produções e do Boutique'in Chopp Dourados. O objetivo foi fortalecer as ações do Projeto MP-Social e LeiloDom, e buscar apoio a projetos sociais durante a Expoagro 2025.

O encontro, na sede da Promotoria de Justiça de Dourados, destacou a renovação da parceria institucional entre o MP-Social e o LeiloDom, que, nos últimos anos, vêm contribuindo para a promoção de iniciativas voltadas à população em situação de vulnerabilidade.

A instituição foi representada pelo Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, titular da 14ª Promotoria de Justiça de Dourados, e pelo Promotor de Justiça Juliano Albuquerque, titular da 74ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, e em substituição na 8ª Promotoria de Justiça de Dourados.

De acordo com o Promotor de Justiça Ricardo Rotunno, durante a reunião, foi confirmada a destinação de 10% do faturamento do Boutique'in Chopp Dourados, espaço operado pela Ambev no evento, para os projetos sociais apoiados pelo MPMS.

Fonte: MPMS.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL



vulnerabilidade social é debatido em reunião com MPPA em Marabá

Na manhã do dia 25 de abril, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da 10ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Marabá, representada pela promotora de Justiça Jane Cleide Silva Souza, conduziu a 2ª reunião ordinária do Fórum Municipal de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, em Conexão com as Ruas e Trabalho Infantil. O encontro ocorreu na sala multiuso das Promotorias de Justiça de Marabá, com início às 9h, e contou com a participação da Procuradoria Geral do município.

Durante a reunião, foi apresentada a proposta do Executivo Municipal acerca do projeto de lei que instituirá política pública voltada ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, especialmente aqueles em conexão com a rua e expostos ao trabalho infantil.

A Procuradora do município Josiane Kraus Mattei destacou os principais pontos da proposta, além das sugestões oriundas das secretarias de governo e da própria Procuradoria Geral do Município (PGM). As contribuições foram debatidas entre os membros do Fórum Municipal e validadas em plenária.

O projeto de lei é resultado de uma mobilização coletiva entre diversas instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente em Marabá. Desde sua criação, em junho de 2023, o Fórum Municipal vem desenvolvendo atividades continuadas que buscam fortalecer e ampliar ações e estratégias que contribuam para o efetivo enfrentamento às violações de direitos a que estão expostos crianças e adolescentes na região.

Fonte: MPPA.

Ministério Público do Amazonas realiza inspeção no Cras e Creas de Atalaia do Norte

O Ministério Público do Amazonas (MPAM), por meio da Promotoria de Justiça de Atalaia do Norte, realizou, no dia 3 de abril, uma inspeção no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) do município.

A visita, conduzida pelo Promotor de Justiça Dimaikon Dellon Silva do Nascimento, teve como objetivo verificar a estrutura física dos locais, avaliar as condições de trabalho dos servidores, analisar a adequação do quantitativo de recursos humanos e acompanhar o funcionamento dos serviços prestados à população.

Durante a inspeção, foram avaliadas as possíveis melhorias necessárias para garantir um serviço mais eficiente e humanizado. O Promotor destacou a importância do Ministério Público no acompanhamento dos órgãos de assistência social para assegurar que os direitos dos cidadãos sejam respeitados e que os serviços oferecidos sejam de qualidade.

Fonte: MPAM.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



MPAC assina termo de compromisso para fortalecer rede de proteção aos povos indígenas

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio da Promotoria de Justiça Cível de Brasileia, firmou, na terça-feira, 8 de abril, um termo de compromisso com a Prefeitura de Brasileia e diversas instituições parceiras para o fortalecimento da rede de proteção à saúde, educação e assistência social dos povos indígenas no município.

Assinaram o termo o promotor de Justiça Juleandro Martins; a secretária estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Andrea Guedes; o prefeito de Brasileia, Carlos Armando Alves; o representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Samyr Farias; a coordenadora do Núcleo Estadual de Educação em Brasileia, Maria Cecília Carvalho; e a liderança indígenas da etnia Jaminawa do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Purus, Marilza Jaminawa.

A iniciativa integra as ações do Projeto Txai, desenvolvido pelo MPAC com foco na defesa dos direitos dos povos indígenas. O termo estabelece compromissos mútuos entre os órgãos signatários para garantir a articulação de políticas públicas e o funcionamento coordenado da rede de proteção voltada à população indígena, em especial crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Fonte: MPAC.

Abril Azul: MP-AP realiza seminário estadual sobre direitos, impactos e inclusão de pessoas com TEA

No Dia de Conscientização do Autismo, 2 de abril, o Ministério Público do Amapá (MP-AP) reuniu profissionais, autoridades, representantes da sociedade civil, cuidadores e familiares de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Seminário Estadual "TEA em Foco: Compreender para Incluir". Realizado no auditório da OAB/AP, o evento abordou, em três painéis, aspectos gerais, direitos e os impactos do diagnóstico na vida de pessoas neurodivergentes e suas famílias. Durante o encontro, foi lançada a cartilha "Descomplicando o TEA – Um Guia para Familiares e Cuidadores".

O seminário foi organizado pelas Promotorias de Defesa da Saúde Pública de Macapá e pela 1ª Promotoria de Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude de Macapá, em parceria com o Centro de Apoio Operacional da Saúde (CAO-Saúde), com apoio da Assembleia Legislativa do Amapá (ALAP); Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS/AP); OAB/AP; Secretaria de Estado da Saúde (SESA); Secretaria Municipal de Saúde de Macapá (SEMSA); Defensoria Pública do Estado do Amapá; Conselho Regional de Fisioterapia – 12ª Região; Conselho Regional de Psicologia – 10ª Região; Conselho Regional de Fonoaudiologia – 9ª Região; Associação Santanense de Pais e Amigos dos Autistas (ASSANDE); Associação de Pais e Amigos Autistas do Amapá (AMA); Movimento Nacional Superdotação no Mapa; Bloco do Abel; Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (Condeap); e Centro de Promoção Humana Frei Daniel de Samarate (Capuchinhos).

Fonte: MPAP.

4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA VER

4



“Direito dos Autistas - ASSISTÊNCIA SOCIAL”

Fonte: Canal do Youtube - Julius Schwartz.

PARA OUVIR

5 “PORQUE SIM NÃO É RESPOSTA - AUTISMO”



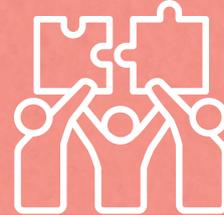
Fonte: Sondcloud - Rádio CNPq.

6 Autismo - Mariana Valente - 02-04-25



Fonte: Sondcloud - Rádio Brasil Campinas.

5. INFORMES



INFORMES CADÚNICO

✓ INFORME N° 67 • 11.4.2025

MDS lança Portal de Relatórios do Cadastro Único. O Portal Analítico é mais uma ferramenta do novo Sistema do Cadastro Único e está disponível para que as gestões municipais e estaduais realizem o acompanhamento dos dados coletados.

✓ INFORME N° 66 • 2.4.2025

CPF no Novo Cadastro Único. O número do NIS não deve ser solicitado para comprovar que o cidadão está no Cadastro Único.

✓ INFORME N° 65 • 26.3.2025

MDS reforça segurança no Cadastro Único. Instrução Normativa estabelece medidas de prevenção e tratamento de fraudes no Cadastro Único e define as competências específicas para as gestões estaduais e municipais.

✓ INFORME N° 64 • 20.3.2025

COMUNICADO. E-mail falso sobre o Portal de Gestão do Cadastro Único. Identificamos um e-mail fraudulento informando sobre uma suposta instabilidade no Portal de Gestão do Cadastro Único e solicitando a confirmação de dados por meio de um link.

INFORMES BOLSA FAMÍLIA

✓ INFORME N° 78 • 16.4.2025

Programa Bolsa Família e o novo sistema do Cadastro Único. Entrou no ar, em março, o Novo Sistema de Cadastro Único com inovações e reflexos no Bolsa Família.

✓ INFORME N° 75 • 20.3.2025

Resultados da repercussão de março e da não aplicação do cancelamento por não cumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em março de 2025.

ALTERAÇÃO LEGISLATIVA

✓ LEI N° 15.131, DE 29 DE ABRIL DE 2025:

Altera a Lei n° 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), para especificar a nutrição adequada e a terapia nutricional a ser aplicada à pessoa com transtorno do espectro autista.

6. "OUSE SABER"



Ministério Público: Diálogo Social e os Desafios da Inclusão

O Ministério Público brasileiro, à luz da Constituição da República de 1988, é muito mais que o guardião da legalidade. Trata-se de uma instituição permanente vocacionada à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Essa missão exige, **para além da atuação técnico-jurídica, uma escuta sensível e um diálogo ativo com a sociedade**, especialmente nos temas em que as estruturas institucionais ainda não foram capazes de alcançar, de forma plena e equitativa, os sujeitos historicamente invisibilizados.

Nesse horizonte, o compromisso com a inclusão de pessoas com deficiência, notadamente aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), impõe ao Ministério Público uma **postura ética, humanizada e propositiva**. O mês de abril, dedicado à conscientização sobre o autismo, é um convite institucional à reflexão profunda sobre os múltiplos estigmas que cercam essa condição neurológica e que, lamentavelmente, ainda resultam em exclusão, violências simbólicas e negligência por parte de políticas públicas que deveriam acolher e proteger.

Os desafios enfrentados pelas pessoas com TEA e suas famílias não se limitam à ausência de acesso a serviços especializados.

Envolvem, também, a estigmatização social, o preconceito sutil ou explícito, a patologização da diferença e a falta de preparo das estruturas institucionais — escolas, serviços de saúde, rede de assistência social — para receber, compreender e respeitar a neurodiversidade. **Muitas crianças e adolescentes são alvo de exclusão escolar disfarçada, de diagnósticos tardios, de olhares atravessados por julgamentos, e de uma sobrecarga familiar que, não raro, permanece invisível ao poder público.**

É nesse contexto que o Ministério Público precisa se posicionar como ponte entre o direito formal e a transformação concreta da realidade. **O fortalecimento do diálogo com a sociedade — por meio de audiências públicas, fóruns comunitários, escutas especializadas, rodas de conversa e articulações com os Conselhos de Direitos — é ferramenta imprescindível para a construção de políticas públicas verdadeiramente inclusivas, participativas e intersetoriais.**

A experiência acumulada na atuação com o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) demonstra que a proteção social demanda mais do que garantias legais: requer presença institucional qualificada, articulação entre serviços, planejamento, financiamento adequado e, sobretudo, o compromisso ético com a promoção da dignidade humana.

Ao incluir o recorte do autismo nas pautas prioritárias, o Ministério Público reforça seu papel como agente de mudança e instrumento de justiça social.

Mais do que fiscalizar, é necessário fomentar a compreensão, combater a desinformação, enfrentar os preconceitos e promover a escuta. O Ministério Público, ao lado da sociedade, deve construir pontes de confiança e espaços seguros onde as diferenças não sejam motivo de exclusão, mas de reconhecimento e valorização.

Por isso, **ousar saber é também ousar sentir, ousar acolher e ousar intervir com coragem.** É reconhecer que, em uma sociedade justa, ninguém fica para trás – e que a verdadeira justiça é aquela que se materializa no cotidiano de cada cidadão, sobretudo dos que mais precisam.

Que esta reflexão inspire, dentro e fora das instituições, práticas mais humanizadas, inclusivas e comprometidas com uma sociedade que respeita, acolhe e garante os direitos de todos e todas.





MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO